ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

Espaço público e segurança: Uma análise da criminalidade nas praças Argentina e Raul Pilla em Porto Alegre

Autores:
André Coutinho Augustin - Observatório da Segurança Pública RS - andreaugustin.fee@gmail.com
Taiane Beduschi - Arquitetura Humana - tai@ah.arq.br

Resumo:

A violência urbana é um assunto que cada vez preocupa mais os brasileiros e que tem sido objeto de pesquisas acadêmicas em diversas áreas. No entanto, ainda há poucos estudos relacionando a ocorrência de crimes ao planejamento urbano no Brasil. Este artigo faz uma análise comparativo entre a Praça Argentina e a Praça Raul Pilla, localizadas no centro de Porto Alegre. São apresentadas as diferenças entre as duas praças em relação ao seu uso, iluminação, visibilidade, relação com o entorno e usos dos prédios vizinhos. Também são analisados os crimes ocorridos nas praças desde 2010, a partir de ocorrências policiais. A Praça Raul Pilla, que possui melhor iluminação e visibilidade e a presença de edificações com uso mais diversificado no entorno apresenta uma maior circulação de pessoas e também registrou um número consideravelmente menor de crimes do que a Praça Argentina, indicando que o uso do espaço público pode influenciar a ocorrência de crimes.

ESPAÇO PÚBLICO E SEGURANÇA

Uma análise da criminalidade nas praças Argentina e Raul Pilla, em Porto Alegre

INTRODUÇÃO

A segurança é uma obsessão urbana pelo menos desde a era medieval (LE GOFF, 1998, p. 72), e isso se intensificou nas últimas décadas. No entanto, apesar de o crime e a violência tornarem-se cada vez mais objetos de estudo de diferentes áreas de pesquisa, como a Sociologia[1], esse é um tema que ainda tem pouco espaço dentro do Planejamento Urbano, pelo menos no Brasil.[2]

Relacionar a distribuição espacial dos crimes com questões urbanas não é simples. Um dos principais problemas é a falta de dados e a péssima qualidade das informações existentes sobre a ocorrência de crimes no País, sendo raros os dados georreferenciados, por exemplo. Quando muito, os órgãos oficiais divulgam informações por bairro, o que permite algumas correlações com características socioeconômicas, mas é insuficiente para analisar a influência de fatores como uso e ocupação do solo na criminalidade. Isso ajuda a entender a pequena quantidade de pesquisas empíricas sobre o tema.

Este artigo tem como objetivo discutir o papel do planejamento urbano na segurança dos espaços públicos. Para isso, é feito um estudo de caso das praças Argentina e Raul Pilla, situadas no centro da cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Pretende-se entender como os diferentes usos das praças e do seu entorno influenciam a circulação de pedestres pela região e, consequentemente, a ocorrência de crimes. Para isso, foram utilizadas informações sobre ocorrências policiais fornecidas pela Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, por meio do Observatório Estadual da Segurança Pública.

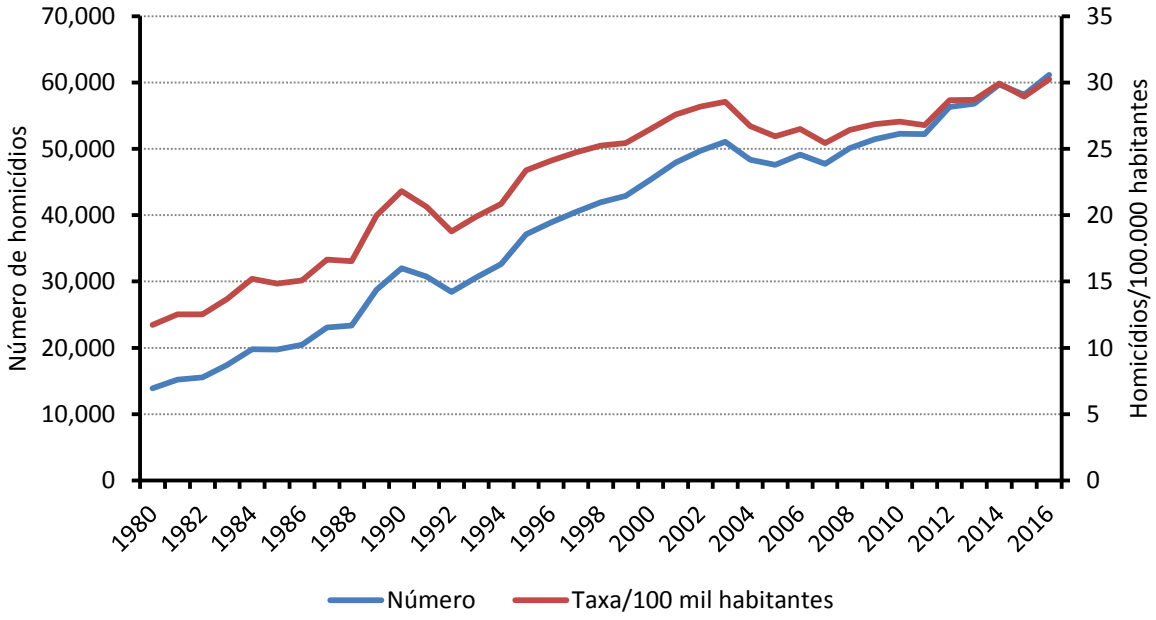
O artigo é dividido em três seções. Na primeira, são apresentadas algumas relações entre a criminalidade e a cidade, baseadas, principalmente, nas contribuições de Caldeira (1997, 2011) e Jacobs (2011). Na segunda, é feita uma análise das praças estudadas, com base em seus usos e sua relação com o entorno. Por fim, são apresentadas informações de ocorrências criminais de ambas as praças de 2010 a 2018, mostrando que os usos de cada uma delas se relacionam com o tipo e o número de crimes registrados naqueles espaços.

[1] Sobre a produção acadêmica brasileira nas áreas de crime, violência e dinâmica criminal, ver Ribeiro e Teixeira (2018).
[2] Na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, por exemplo, foram encontrados apenas três artigos sobre o tema entre os 42 números da publicação: Souza e Compans (2009), Monteiro (2014) e García e Esteves Junior (2017).

USOS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E VIOLÊNCIA URBANA

A violência é uma preocupação cada vez maior dos brasileiros, e há motivos para isso. Nas últimas décadas, tem havido um aumento dos crimes ocorridos no País, principalmente de crimes violentos. Se, em 1980, a taxa de homicídios no Brasil era de cerca de 12 a cada 100 mil habitantes, hoje essa taxa já passou dos 30 por 100 mil[3] (Gráfico 1). Não pode deixar de ser citado também o papel da mídia nessa sensação de insegurança. Se é verdade que a violência no Brasil é grande, o constante destaque dado aos crimes violentos pelos meios de comunicação — muitas vezes, de forma sensacionalista e seletiva — gera ainda mais medo.

Gráfico 1 – Número de homicídios e taxa de homicídio por 100 mil habitantes no Brasil — 1980-2016



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)/Datasus[4] e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[5].

Esse medo influencia a forma como os habitantes da cidade se relacionam com o espaço urbano. A sensação de que, a qualquer momento, possam ser vítimas de um crime faz com que as pessoas evitem os espaços públicos — vistos como perigosos — e se fechem no que Caldeira (1997, 2011) chama de *enclaves fortificados*, fenômeno que tem se

[3] É importante ressaltar que, em 2003, há uma mudança na tendência de crescimento dos homicídios, que não só param de crescer, como apresentam uma pequena queda. Esse é o ano em que foi aprovado o estatuto do desarmamento. Além disso, no período em que a taxa de homicídios se estabilizou, o Brasil passava por uma fase de crescimento econômico, o que também pode ter influenciado o resultado. No entanto, em 2012, a taxa de homicídios volta ao nível de 2003 e, desde então, tem crescido novamente.

[4] Para os anos de 1980 a 1995, foram incluídas as categorias E96.0 a E96.9 da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, versão 9 (CID 9). A partir de 1996, com a nova classificação utilizada pelo SIM, foram utilizadas as categorias X85 a Y09 da CID 10.

[5] Projeção da população do Brasil por sexo e idade: 1980-2050 — Revisão 2008.

expandido no Brasil, principalmente a partir da década de 80 e que mudou a forma como as classes médias e altas vivem, consomem, trabalham e usam seu tempo de lazer. A versão residencial desses enclaves fortificados são os condomínios fechados, mas eles também incluem os conjuntos de escritórios e os *shopping centers*. Cada vez mais, esse modelo também inspira adaptações em outros espaços, como escolas, hospitais, centros de lazer e parques temáticos (CALDEIRA, 2011, p. 258). As suas características básicas são as seguintes:

> "São propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impõem as regras de inclusão e exclusão. [...] Finalmente, os enclaves tendem a ser ambientes socialmente homogêneos. Aqueles que escolhem habitar esses espaços valorizam viver entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas" (CALDEIRA, 2011, p. 258-259).

Destaca-se, nos enclaves fortificados, aquilo que pode ser chamado de *arquitetura do medo*, que isola as construções do seu entorno. Lira (2017, p. 140-157) mostra que essa arquitetura incorpora muitos elementos típicos das prisões e dos feudos medievais, como muros, arames farpados, torres de vigília e paliçadas. Esses elementos arquitetônicos somam-se aos guardas armados e às câmeras de vigilância, para impedir não mais a invasão dos bárbaros — motivo dos muros nos antigos feudos —, mas a entrada de pessoas consideradas possíveis criminosos. Trancadas em seus condomínios fechados, as classes médias e altas só saem de lá para irem a outros enclaves, seja o prédio de escritórios onde trabalham, seja o *shopping center* onde consomem. Em relação aos *shoppings*, seu número não para de crescer. De 2007 a 2017, foram construídos 220 novos empreendimentos deste tipo no Brasil. O auge foi em 2013, quando era lançado, em média, um novo *shopping* a cada 10 dias (RIBEIRO, 2018, p. 42). Em dezembro de 2017, a Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce) estimava que os 571 *shoppings* existentes no País recebiam 463 milhões de visitas por mês.[6]

Essas viagens entre um enclave fortificado e outro são quase sempre realizadas de carro, o que ajuda a explicar o aumento da frota de veículos no Brasil.[7] Desde que a indústria automobilística chegou ao País, nos anos 50, a venda de automóveis tem mantido uma tendência de alta, apesar das oscilações que acompanham os ciclos econômicos. Em agosto de 2012, antes de a crise atingir o setor, era licenciado um carro a cada 7,6 segundos no

[6] Entre as capitais brasileiras, Porto Alegre é a que possui o maior número de *shoppings* em relação à população, com mais de um empreendimento para cada 100.000 habitantes.

[7] O sentimento de insegurança é apenas uma das muitas causas que fazem os brasileiros substituírem os deslocamentos a pé e o uso do transporte público pelo transporte individual motorizado. Sobre os outros fatores que influenciam essa mudança, ver Augustin (2016).

Brasil. Apesar da grande queda ocorrida depois disso, devido à crise, nos últimos meses, a venda de automóveis vem crescendo novamente.

Gráfico 2 – Número de licenciamentos de automóveis no Brasil (média móvel) — dez./1957-out./2018

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Essa mudança na mobilidade urbana, com crescimento do transporte individual motorizado, diminui o número de pessoas circulando a pé nas ruas, o que torna os espaços públicos ainda mais inseguros. Além disso, os próprios espaços murados não estão realmente protegidos. Um estudo da Polícia Militar do Paraná mostrou que 60% das casas roubadas em Curitiba eram cercadas por paredes, e 25%, por grades. Apenas 15% das casas assaltadas eram abertas para a rua. A pesquisa, coordenada pelo coronel Roberson Bondaruk, também entrevistou detentos, revelando que 71% deles preferiam assaltar casas com muros de até 2 metros, e 54% disseram que os muros ajudam a ocultar a ação (FIORATTI, 2007). Criada supostamente para aumentar a segurança, a segregação gerada pela arquitetura do medo acaba causando ainda mais insegurança.

Esse problema já era apontado em 1961 por Jane Jacobs, que, em seu conhecido livro sobre as grandes cidades dos Estados Unidos[8], alertava que "quando temem as ruas, as

[8] Provavelmente por motivos comerciais, o livro de Jacobs, que originalmente se chamava The Death and Life of Great American Cities foi traduzido na edição brasileira por "Morte e vida das grandes cidades". O pensamento da autora estava voltado para as cidades dos Estados Unidos, como mostra o título original, no final dos anos 50 e deve-se ter muito cuidado para a aplicação dessas ideias à nossa realidade. Por exemplo, a autora supõe que existe uma grande mobilidade social e que

pessoas as usam menos, o que torna as ruas ainda mais inseguras" (JACOBS, 2011, p. 30). Para a autora, a diferença das grandes para as pequenas cidades é que as primeiras estão cheias de desconhecidos. Pela grande densidade demográfica, não é possível alguém conhecer todas as pessoas que moram no seu bairro ou mesmo na sua rua. Como a polícia não é suficiente para vigiar todos esses estranhos, a questão é como ter um bairro em que os estranhos protejam uns aos outros.

Um quesito importante é a existência de moradores que olham para a rua de dentro das suas residências. Além disso, é importante um fluxo permanente de pedestres pela calçada, não só porque os pedestres também são olhos atentos nas ruas, mas também porque o movimento nas calçadas atrai o olhar de quem está dentro das casas. Há ainda a necessidade de um número substancial de estabelecimentos comerciais que funcionem em diferentes horários, principalmente à noite. Isso não só gera mais movimento nas calçadas, como também os próprios comerciantes "costumam incentivar a tranquilidade e a ordem" (JACOBS, 2011, p. 37). Todos esses "olhos da rua" ajudam a manter os espaços públicos mais seguros. O livro é uma grande crítica ao urbanismo modernista — que tentava dividir a cidade em setores de usos específicos — e defende que os usos mistos dão mais vitalidade aos bairros. A iluminação também é importante, pois amplia a visão dos "olhos da rua". Por outro lado, de nada adianta uma boa iluminação, se não há ninguém olhando o que se passa na rua.

Jacobs alerta que se continuarmos construindo cidades inseguras haverá três maneiras de conviver com elas:

> "A primeira maneira é deixar o perigo reinar absoluto e deixar que os infelizes que defrontarem com ele sofram as consequências. [...] A segunda maneira é refugiar-se em veículos. Esse recurso é utilizado nas grandes reservas de animais selvagens da África, nas quais os turistas são advertidos a não sair do carro. [...] Essa prática também é adotada em Los Angeles. [...] A terceira maneira [...] foi criada por bandos de arruaceiros e abertamente adotada pelos criadores da cidade reurbanizada. Essa modalidade consiste em cultivar a instituição do Território. Segundo a modalidade tradicional do Território, uma gangue apropria-se de certas ruas e conjuntos habitacionais ou parques. Os integrantes de outras gangues não podem entrar nesse Território sem a permissão de seus proprietários, e se o fizerem correm o risco de ser espancados ou enxotados. [...] Considere agora os projetos de reurbanização das cidades: residências de renda média e alta que ocupam grande extensão do solo urbano [...] Aqui, a prática é também demarcar o Território e deixar do lado de fora das cercas as outras gangues" (JACOBS, 2011, p. 47-49).

O Brasil das últimas décadas, com seus enclaves fortificados, vem adotando uma mistura dessas três maneiras de lidar com o problema: enquanto aqueles que podem se

muitos moradores das zonas mais pobres estão constantemente melhorando sua condição econômica, o que permite uma mudança para áreas mais nobres das cidades, o que não corresponde à realidade brasileira.

fecham em seus "territórios" e automóveis, o resto da população vê reinar o perigo absoluto.

Em relação às praças e aos parques de bairro, tema do presente artigo, Jacobs diz que seu uso depende muito da variedade de usos dos edifícios vizinhos. A autora comenta, por exemplo, que as famílias de operários e de funcionários de escritórios costumam ter rotinas diferentes devido aos diferentes horários de expediente dos trabalhadores. Isso faz com que as mães levem as crianças para brincar nas praças em distintos horários, dependendo das profissões e do nível de renda da família. O resultado é que um parque de um bairro com diversidade social tende a ser usado em momentos alternados. Há também vantagens na combinação de usos residenciais e comerciais no entorno das praças e dos parques. Uma praça em uma região apenas com prédios de escritórios tem mais movimento perto da hora do almoço e nos horários de entrada e de saída dos funcionários. Entretanto, assim que acaba o horário comercial, o bairro fica vazio, e a praça, também. Como ninguém passa o tempo todo nas praças, só um bairro diversificado (tanto em seus usos residenciais como comerciais) pode manter um movimento permanente, reduzindo a insegurança.[9]

Segundo Jacobs (2011, p. 295), uma forma de incentivar o uso dos parques, principalmente durante a noite, é colocar os equipamentos de uso do parque em seu perímetro. A autora analisa o caso do Central Park, em Nova York, e sugere que, se atrações como o carrossel e a casa de xadrez mudassem de lugar, saindo do centro do parque e se aproximando da rua, seu uso noturno seria incentivado, uma vez que as pessoas têm medo de ir ao interior do parque depois de escurecer. Seria uma forma de aumentar o movimento noturno, melhorando a segurança.

No caso do Central Park, analisado pela autora, o seu tamanho faz com que, ao não ser utilizado durante alguns momentos, seja transformado em uma "zona de fronteira deserta". Essas zonas incluem também linhas férreas, grandes *campi* universitários, centros cívicos e terrenos extensos de hospitais. Como essas grandes áreas formam barreiras para as pessoas que andam pela cidade, a tendência é que sua presença reduza a circulação de pedestres no entorno (JACOBS, 2011, p. 285).

Atualmente, a teoria de que usos diversificados trazem vitalidade às áreas urbanas e, consequentemente, ajudam a evitar a ocorrência de crimes é bem aceita entre os urbanistas. No entanto, estudos empíricos sobre o tema não são fáceis de serem realizados. Além da falta de dados, é difícil isolar os diferentes fatores que influenciam as taxas de criminalidade de uma determinada região. O que é proposto nesta pesquisa é um estudo de caso de duas praças da cidade de Porto Alegre, comparando seus usos com os crimes acontecidos em ambas. Por serem praças de tamanho parecido e muito próximas uma da outra, os demais fatores (cultura, problemas econômicos e sociais, legislação, policiamento,

[9] A única forma de ocupar os espaços públicos em tempo integral além da diversidade de usos seria com aquelas pessoas que "não tem responsabilidades domésticas", como os moradores de rua. No entanto essa alternativa não costuma ser bem vista e, mesmo que sejam coisas diferentes, muita gente os considera quase como criminosos: "Existe uma grande aversão aos parques do submundo, o que é natural, já que é difícil engolir a decadência humana em doses tão cavalares. Também é comum fazer pouca distinção entre esses e os parques em que há crime, embora sejam bastante diferentes" (JACOBS, 2011, p. 108).

etc.) que atuam sobre a criminalidade tendem a ter uma influência semelhante em ambas, sendo possível a comparação.

AS PRAÇAS ARGENTINA E RAUL PILLA E SUA RELAÇÃO COM A CIDADE

Os espaços públicos escolhidos para análise foram a Praça Argentina e a Praça Raul Pilla, localizadas na Av. João Pessoa, um dos principais acessos ao centro de Porto Alegre. Será apresentada, primeiramente, a evolução histórica das praças e sua inserção no entorno, a partir das transformações decorrentes dos principais planos urbanísticos da cidade. Em um segundo momento, será feita uma análise do contexto físico atual de cada praça, por meio da identificação de elementos de desenho urbano e dos atrativos presentes no entorno imediato.

As praças estudadas estão situadas onde, até o ano de 1845[10], se encontravam os portões da muralha que protegia a cidade. A Praça Independência, atual Praça Argentina, foi urbanizada no ano de 1858 com o objetivo de conter erosão, dado que se encontra em uma área de declive acentuado, e de qualificar o novo espaço público que estava sendo incorporado à cidade após a demolição das muralhas (MENEGAT *et al*., 2006, p. 125). Do outro lado do Caminho da Azenha, atual Av. João Pessoa, onde hoje se encontra a Praça Raul Pilla, ficava o quartel do Oitavo Batalhão de Infantaria, construído no ano de 1828. Após a eliminação das muralhas, a cidade passou por uma grande expansão territorial. Intensificaram-se problemas urbanos, como mobilidade, saneamento e carência de equipamentos na cidade, entre outros. Com o propósito de solucionar esses problemas, principalmente os relacionados à mobilidade, surgiu, em 1858, o primeiro projeto de urbanização de Porto Alegre, elaborado pelo engenheiro Frederico Heydtmann (SOUZA; MULLER, 2007, p. 69). No entanto, foi só no início do século XX que surgiram os primeiros planos de urbanização de fato.

No início do século XX, com forte influência europeia, apareceram os primeiros planos de urbanização para a cidade de Porto Alegre. O primeiro foi o Plano Geral de Melhoramentos, elaborado pelo engenheiro civil João Moreira Maciel. Era basicamente viário, de saneamento e de embelezamento, influenciado pelas reformas de Hausmann em Paris. Uma das obras realizadas com base nesse plano foi a pavimentação da atual Av. João Pessoa no ano de 1924 (SOUZA; MULLER, 2007, p. 83). Entre 1928 e 1929, a Praça Argentina passou por uma reforma de remodelação, com a "construção do muro de contenção em frente à Escola de Engenharia[11], escadarias, sanitários e ajardinamento" (MENEGAT *et al*., 2006, p. 125)[12].

[10] Nesse ano, encerrou-se a Revolução Farroupilha, que durou dez anos.
[11] O autor se refere à Escola de Engenharia de Porto Alegre, fundada em 1896, que, junto com outras faculdades, deu origem, mais tarde, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que até hoje se encontra no local.
[12] Pela bibliografia consultada, não foi possível confirmar se a remodelação da Praça Argentina estava prevista no Plano Geral de Melhoramentos de 1914.

No ano de 1938, os engenheiros da prefeitura Luiz Artur Ubatuba de Faria e Edvaldo Pereira Paiva elaboraram um documento intitulado Contribuição ao Estudo Urbano de Porto Alegre, propondo a otimização das vias radiais e a construção de vias perimetrais. Ambos os engenheiros eram recém-formados pela Escola de Engenharia, que fica localizada em frente à Praça Argentina. Esse estudo teve influência do arquiteto e urbanista francês Alfred Agache, que havia elaborado um plano de remodelação para a cidade do Rio de Janeiro em 1927 e que também havia realizado o projeto de ajardinamento do Parque Farroupilha em Porto Alegre, que fica muito próximo das praças estudadas. Esses estudos de 1938 deram embasamento para Plano de Urbanização de 1943, elaborado pelos mesmos engenheiros. Após esse plano, foi efetuado o alargamento da Av. João Pessoa, resultando na redução da área da Praça Argentina (MENEGAT *et al.*, 2006, p. 125).

Após o falecimento de Luiz Ubatuba de Faria, Edvaldo Pereira Paiva, com colaboração de Demétrio Ribeiro Netto, retomou a intenção de elaborar um Plano Diretor para a cidade de Porto Alegre. Esse plano considerou as ideais dos anteriores e inspirou-se na Carta de Atenas[13], por meio do zoneamento da cidade, e também deu ênfase a obras de infraestrutura viária, com prioridade para as vias perimetrais. Concluído em 1959, foi de fato o primeiro plano diretor da cidade. Uma das obras previstas era a construção do Viaduto Loureiro da Silva, no cruzamento da Av. João Pessoa com a Rua Duque de Caxias, para a qual foi necessária uma nova redução da área da Praça Argentina e a demolição do edifício do antigo Quartel do 8º Batalhão, que desde os anos 50 era sede da 6ª Companhia de Polícia do Exército, tendo sido um importante centro de tortura durante a Ditadura Militar. O que sobrou do terreno do quartel foi usado como estacionamento durante um breve período e logo deu origem à Praça Raul Pilla.

Após a construção do viaduto e da nova praça, não ocorreu mais nenhuma mudança significativa na região. Entre as pequenas obras realizadas desde então, pode-se citar uma reforma da Praça Argentina realizada em 1980. O general Jorge Videla, ditador da Argentina, estava no Brasil para assinar acordos de cooperação e foi convidado por seu colega brasileiro João Batista Figueiredo para “reinaugurar” a praça. Após manifestações de estudantes da UFRGS no local, que sofreram forte repressão policial, a cerimônia acabou sendo cancelada (BORTOT; GUIMARAENS, 2008, p. 236-246).

Com base nesse histórico, pode-se concluir que a configuração atual das praças se deve principalmente às mudanças decorrentes de obras viárias previstas nos diferentes planos urbanísticos, com destaques para as diferentes mudanças pelas quais passou a Av. João Pessoa, uma das principais vias radiais de acesso ao centro da cidade.

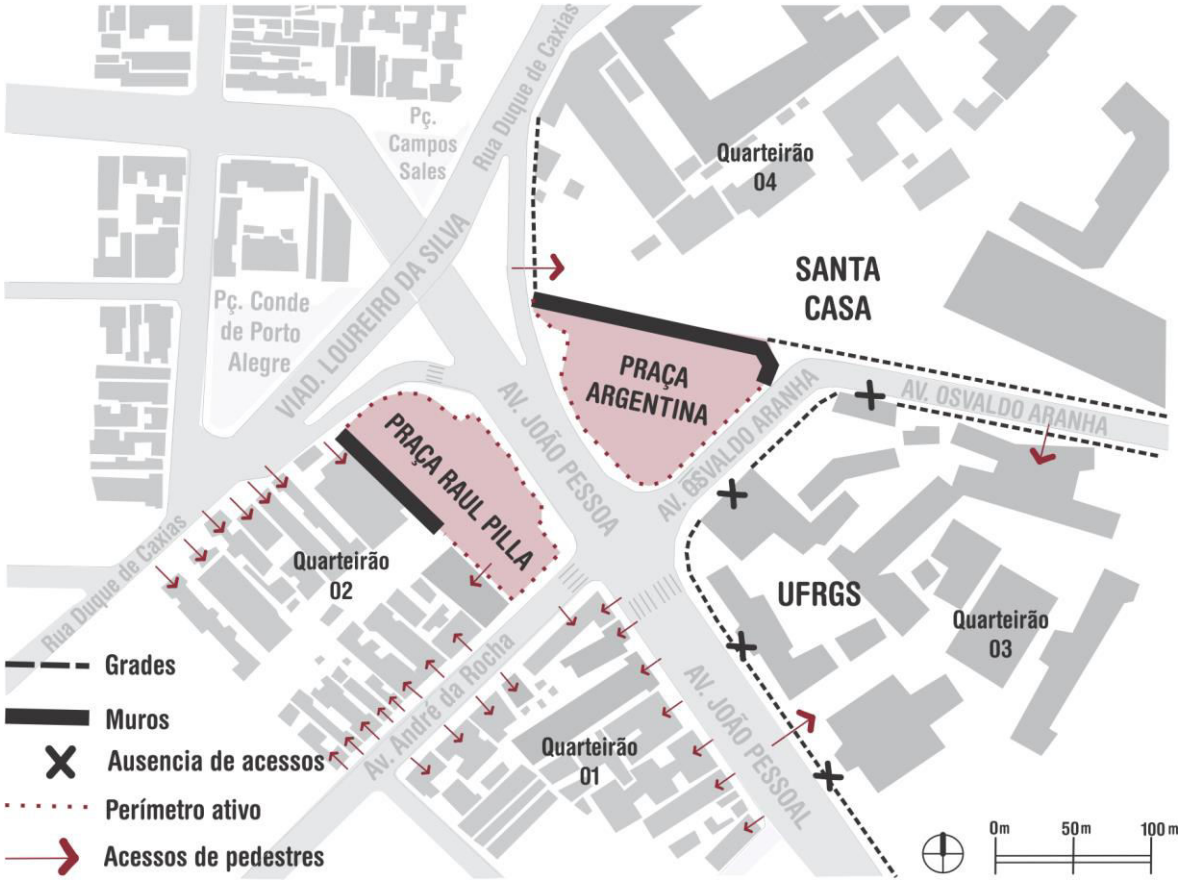
Como já mencionado, ambas as praças estão inseridas no mesmo contexto territorial da cidade de Porto Alegre, pois localizam-se uma de frente para outra, sendo separadas pela Av. João Pessoa. Essa avenida, entretanto, não separa somente os dois espaços físicos, mas também duas realidades bem distintas, por meio de diferentes níveis de interação humana com o espaço. A análise do contexto físico de cada praça tem como propósito identificar os elementos que configuram o espaço, as condições visuais e a interação com as edificações

[13] Manifesto urbanístico escrito Le Corbusier e outros participantes do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM).

adjacentes. Com base nessas informações, pode-se entender a relação entre a configuração do espaço e a garantia da vitalidade urbana. Essa investigação levou em conta questões relativas às dimensões de cada espaço (como área, perímetro total e perímetro com interfaces ativas); às relações de atividades e usos do entorno imediato; à permeabilidade das fachadas das edificações adjacentes; ao reconhecimento de acessos e percursos internos e da condição dos passeios públicos; e à topografia, à cobertura vegetal e à iluminação.

A Praça Argentina possui uma área de aproximadamente 3.900m² e um perímetro total em torno de 270m. A Praça Raul Pilla, uma área de aproximadamente 3.300m² e um perímetro total de 255m. Ambas as praças contêm áreas e perímetros semelhantes, mas observou-se que a Praça Raul Pilla tem um perímetro ativo[14] maior do que a Praça Argentina. Para que haja vida nas ruas, é fundamental a interação concreta entre a interface edificada e o espaço aberto.

Figura 1 – Vista aérea das praças Argentina e Raul Pilla e de seu entorno imediato



Fonte: Elaboração própria, com base no levantamento aerofotogramétrico da Prefeitura, do Google Maps e de informações coletadas no local.

[14] Consideram-se perímetro ativo as interfaces do espaço público com a rua, por meio de calçadas e da permeabilidade das fachadas das edificações adjacentes, em contraponto a muros ou barreiras visuais sem nenhum tipo de interação.

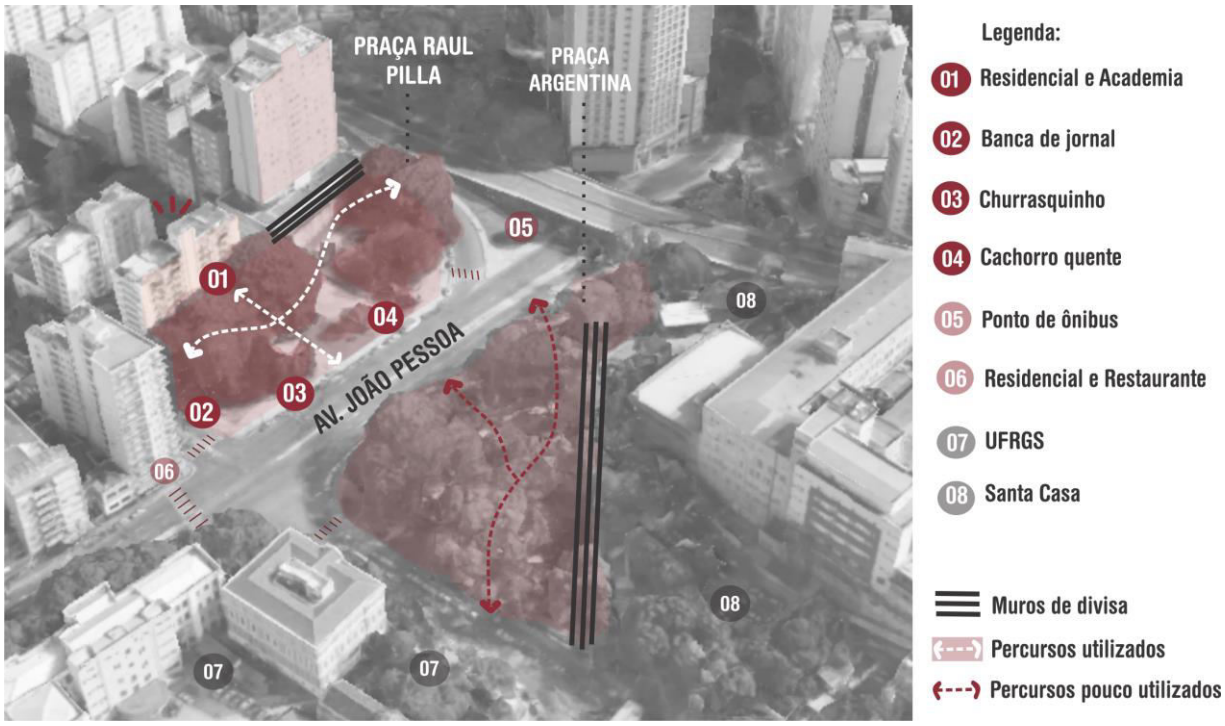
A Figura 1 demonstra que a Praça Raul Pilla está inserida em um entorno (quarteirões 01 e 02) com uma interação significativa entre as edificações e os espaços abertos, ao contrário da Praça Argentina. Esta não apresenta nenhuma edificação com acesso direto à praça e é delimitada por um muro de divisa com o complexo hospitalar da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, que possui mais de 77.500m². Tanto o quarteirão 04, ocupado pela Santa Casa, como o quarteirão 03 (com aproximadamente 26.000m²), ocupado pela UFRGS, possuem poucos acessos e podem ser considerados o que Jane Jacobs chama de zonas de fronteira desertas, pois são "usos únicos de grandes proporções" (JACOBS, 2011, p. 285). Em relação à UFRGS, é significativo que não só o *campus* todo seja cercado por grades como os três prédios mais próximos à praça tenham seus acessos externos fechados, sendo permitida a entrada apenas pelo interior do *campus*.[15] A Santa Casa também possui poucos acessos para pedestres, tendo apenas uma entrada de estacionamento de frente para a UFRGS. Essas características reduzem o fluxo de pedestres, principalmente na Av. Osvaldo Aranha, diminuindo o número de pessoas que acessam a Praça Argentina.

Por outro lado, a vitalidade da Praça Raul Pilla é garantida por um entorno com edificações de usos diversificados — como comércio, serviços e residências — e com um grande número de acessos através da permeabilidade de suas fachadas, incentivando a circulação de pessoas em diferentes percursos e horários do dia e da noite. Outro fator é a existência de um ponto de ônibus embaixo do viaduto Loureiro da Silva, que está conectado à praça por uma travessia de pedestres. A maior circulação na Praça Raul Pilla também é causada por atrativos incorporados à própria praça. Ao contrário da Praça Argentina, a Praça Raul Pilla é delimitada em uma de suas faces por um prédio misto, cuja entrada se dá por meio da praça. Além das janelas e das sacadas dos apartamentos voltados para a praça, que trazem os "olhos da rua", esse prédio também possui, em seu térreo, uma academia de ginástica que funciona das 7 às 22 horas e que também tem seu acesso pela praça. Há ainda outras atividades comerciais que trazem movimento à Praça Raul Pilla em diferentes horários: (a) uma banca de jornal que fica aberta das 8h às 19h30; (b) m trailer que vende churrasquinho das 17h à 1h30 e está na praça há 12 anos, de segunda a sábado; e (c) um trailer de cachorro quente que funciona 24h há 20 anos, durante todos os dias da semana.

Além de trazerem mais movimento, essas atividades comerciais fazem com que mais gente permaneça no interior da praça, como é o caso das pessoas que sentam nos bancos para comer seu cachorro quente. Isso não ocorre na Praça Argentina, já que não apresenta nenhum comércio fixo. Entretanto, na calçada de ambas as praças, há ocasionalmente a presença de vendedores ambulantes.

[15] O acesso à Faculdade de Ciências Econômicas pela Av. João Pessoa ficou aberto até 2013, sendo então fechado pela administração da Universidade, com o argumento de que havia muitos assaltos na região e que o fechamento do portão aumentaria a segurança, mostrando uma tentativa da UFRGS de se tornar mais um enclave fortificado na cidade.

Figura 2 – Vista aérea das praças Argentina e Raul Pilla: usos e percursos

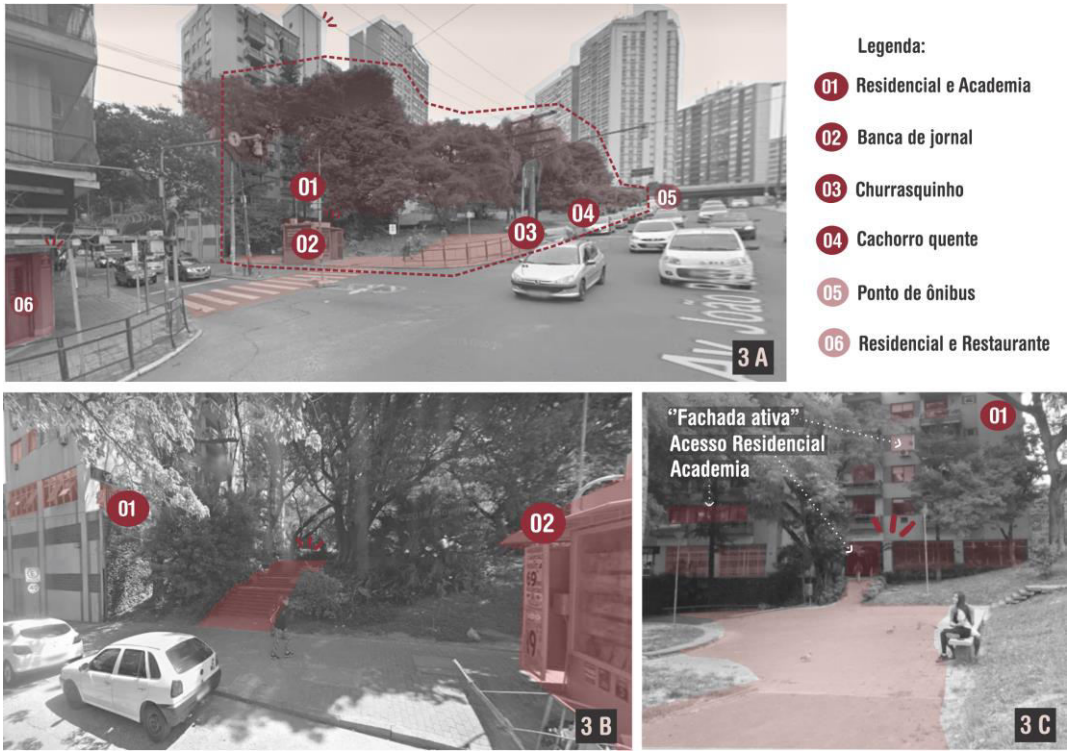


Fonte: Imagem do Google Earth, editada pelos autores.

Como espaços visíveis são mais seguros, é importante analisar condicionantes, como topografia, vegetação e iluminação. As duas praças apresentam condições topográficas semelhantes, mas com distintas soluções de desenho urbano. Muitos dos desníveis são vencidos por meio de escadas. A Praça Argentina, entretanto, apresenta, em seu acesso pela Av. Osvaldo Aranha, um muro de contenção que acaba dificultando a visão da praça de quem está na Av. Osvaldo Aranha (Figura 4B), inibindo o transeunte de circular por seu interior.

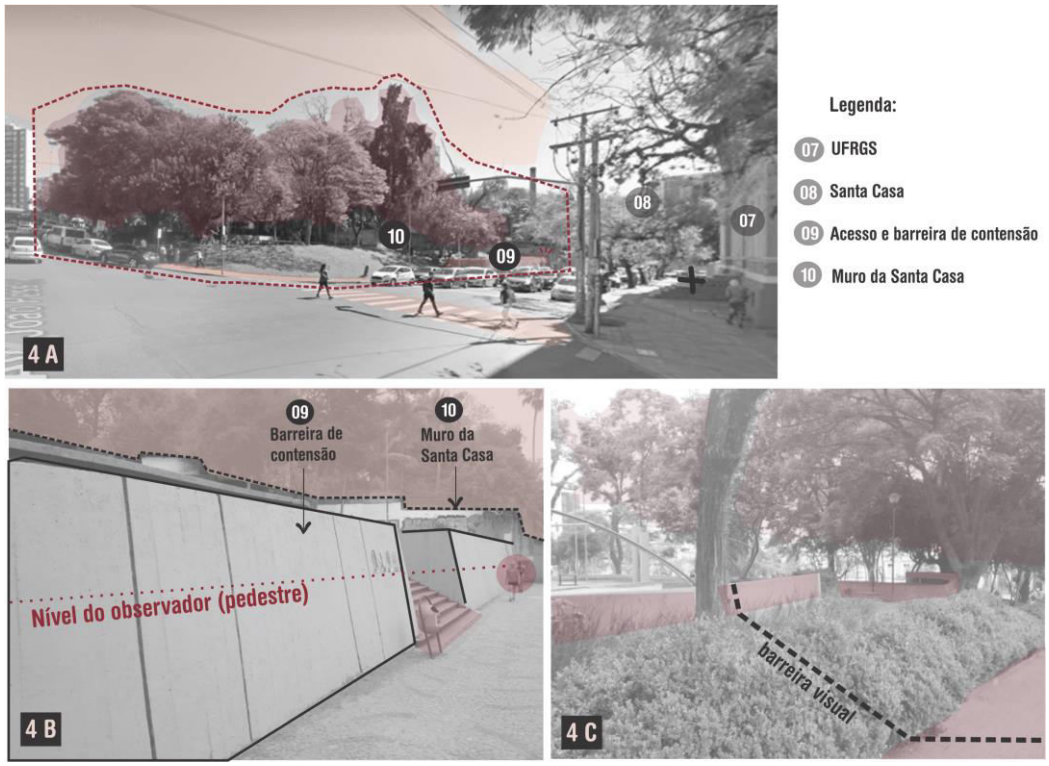
O acesso da Praça Raul Pilla pela Av. Des. André da Rocha (Figura 3B) também apresenta pouca visibilidade, em razão das condições topográficas. No entanto, esse problema é atenuado por meio de uma escada sem barreiras de contensão, o que torna a visão mais favorável do que a do acesso à Praça Argentina. Comparando-se o percurso do passeio da Av. João Pessoa entre as duas praças, observa-se que os acessos para a Praça Raul Pilla (Figura 3C) são muito mais visíveis em razão de condições relacionadas à cobertura vegetal, não tão densa como a da Praça Argentina (Figura 4C). A presença de massa vegetal densa em conjunto com soluções relativas à topografia comprometem a visibilidade durante o dia.

Figura 3 – Imagens da Praça Raul Pilla



Fonte: Fotografia própria (3C) e imagens do Google Street View (3A e 3B), editadas pelos autores.

Figura 4 – Imagens da Praça Argentina



Fonte: Fotografias próprias (4B e 4C) e imagem do Google Street View (4A), editadas pelos autores.

Outro fator importante é a iluminação. Durante o dia, a Praça Argentina recebe menos luz solar, devido à maior quantidade de árvores.[16] Durante a noite, a mesma situação se repete: apesar de ambas as praças possuírem doze luminárias, a iluminação da Praça Raul Pilla é reforçada pelas luzes do prédio onde fica a academia e por um holofote instalado no trailer de cachorro quente.

Pode-se concluir que, apesar das duas praças estarem inseridas em um mesmo contexto territorial da cidade, os elementos analisados mostram situações bem diferentes de qualidade de espaço público. A Praça Raul Pilla possui maior presença de pessoas, mais visibilidade e mais iluminação do que a sua vizinha, o que pode influenciar os crimes cometidos em cada uma delas.

CRIMES OCORRIDOS NAS PRAÇAS

Quantificar o número de crimes ocorridos em um determinado local é um trabalho difícil por vários motivos. Quando se estudam estatísticas criminais no Brasil, uma das principais limitações é a subnotificação. Com a exceção de alguns poucos tipos de crimes, a maioria das vítimas não registra queixa na polícia, o que faz com que as estatísticas oficiais — baseadas no número de ocorrências policiais — não mostrem a realidade de forma adequada.

Uma forma de medir o tamanho da subnotificação é com base em *pesquisas de vitimização*. Em outubro de 2017, o Instituto Cidade Segura realizou uma dessas pesquisas na capital gaúcha e mostrou que a subnotificação de alguns crimes é muito alta. Foram feitas 1.000 entrevistas domiciliares com pessoas maiores de 16 anos residentes em Porto Alegre. Com relação ao crime de furto de objeto de valor, por exemplo, 14,5% dos entrevistados disseram ter sido vítimas nos 12 meses anteriores à pesquisa. Isso representaria, para o total da população da cidade, cerca de 170 mil vítimas de furto. Entre as vítimas entrevistadas, 46,2% disseram que não registraram ocorrência. No entanto, o número de ocorrências registradas no período foi de 27.824, o que sugere uma subnotificação ainda maior do que a declarada. Com relação a roubos, 41,5% das vítimas declararam não terem registrado ocorrência (INSTITUTO CIDADE SEGURA, 2018).

Outro problema é que, mesmo quando há registro, a análise dos dados é prejudicada pelos erros no preenchimento das ocorrências. Para este estudo, os erros mais significativos são os equívocos no preenchimento do endereço. Como o sistema utilizado pelas polícias gaúchas para registrar as ocorrências permite que se digite qualquer nome de rua, é comum encontrar ocorrências com ruas que não existem ou com erros de grafia, o que dificulta a identificação dos locais onde ocorreram os crimes.

[16] Em 2016, as duas praças tiveram o número de árvores reduzido, devido a um forte temporal que atingiu Porto Alegre. Ventos de 120 km/h derrubaram mais de 3.000 árvores em toda a cidade, fazendo com que ambas as praças passassem a receber mais iluminação solar.

Há ainda uma grande dificuldade de acesso às informações relacionadas aos crimes, que costumam ser de acesso apenas de policiais e de outros poucos servidores que atuam na área da segurança pública. Na maioria dos estados, divulgam-se apenas dados de segurança para nível municipal, sendo raros os casos em que é possível consultar dados de ocorrências por ruas ou até mesmo por bairros. No Rio Grande do Sul, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (SSP-RS) divulga, em sua página, apenas os dados municipais, e apenas recentemente, com a criação do Observatório Estadual da Segurança Pública, facilitou-se o fornecimento de dados mais abertos para pesquisas acadêmicas. Isso ajuda a explicar o pequeno número de pesquisas sobre como diferentes regiões da cidade são afetadas pela criminalidade.

Para comparar os crimes ocorridos na Praça Argentina e na Praça Raul Pilla, foram analisadas todas as ocorrências registradas na Polícia Civil e na Brigada Militar[17], entre janeiro de 2010 e outubro de 2018. Para isso, foi utilizado o Consultas Integradas, um sistema que reúne informações da SSP-RS, de suas instituições vinculadas e do Tribunal de Justiça.[18] No período analisado, havia 385 ocorrências registradas com alguma das duas praças estudadas aparecendo como o endereço do fato ocorrido.[19] Como muitos fatos geram ocorrências tanto na Brigada Militar quanto na Polícia Civil, foram excluídas as ocorrências repetidas, restando 314. Após a leitura de todas elas, ainda foram excluídos da análise os seguintes tipos de ocorrência:

a) **Ocorrências que se referem a fatos que não aconteceram nas praças analisadas**: fatos ocorridos dentro de algum prédio que tem como endereço uma das praças, fatos que ocorreram em outros locais da cidade e que tiveram o endereço preenchido de forma equivocada[20], etc.
b) **Ocorrências que não se referem a crimes ou contravenções**: perda de documento, localização de documento, localização de pessoa desaparecida, morte súbita, etc.

[17] Brigada Militar é o nome oficial da Polícia Militar do Rio Grande do Sul.

[18] O Sistema de Consultas Integradas é de uso exclusivo de policiais e servidores da SSP-RS e disponibiliza as seguintes informações:

Brigada Militar	Boletins de ocorrências e termos circunstanciados
Detran	Cadastro de veículos Cadastro de condutores
Instituto-Geral de Perícias	Cadastro de Indivíduos Civil e Criminal
Polícia Civil	Ocorrências policiais e termos circunstanciados Registros e portes de arma Cadastro de procurados
SSP	Chamadas de emergência (fone 190)
Susepe	Cadastro de presos Cadastro de visitantes
Tribunal de Justiça	Processos de 1º grau

[19] Foram incluídas na busca ocorrências de crimes tanto consumados quanto tentados.

[20] Da mesma forma que foram encontradas ocorrências em que o endereço constava como Praça Argentina ou como Praça Raul Pilla e que, pela leitura do histórico da ocorrência, foi possível perceber que o fato havia se passado em outro local, é possível que também possa ocorrer o contrário: crimes que foram cometidos nas praças em questão, mas que estão registrados com outro logradouro. Nesse caso, não é possível localizar a ocorrência pela busca realizada e ela ficaria fora dos números analisados.

c) **Ocorrências de trânsito**: qualquer ocorrência relacionada a problemas de trânsito, mesmo nos casos em que pode ser considerado que houve algum crime, como, por exemplo, um acidente em que um envolvido registra queixa por dano material contra o motorista que bateu o veículo no seu. Mesmo que os problemas de trânsito possam eventualmente configurar crime, eles fogem do escopo desta pesquisa e foram desconsiderados.

Restaram, então, 255 ocorrências de crimes e contravenções. Em algumas delas, o fato registrado originalmente foi modificado, pois não condizia com o histórico. Havia, por exemplo, uma ocorrência por "furto de documento" com o seguinte histórico:

> "O comunicante compareceu nesta delegacia de polícia para informar que na data referida, ao atravessar a Praça Argentina, foi abordado por um elemento [...] o qual lhe ameaçou com uma faca e pediu seus documentos, dizendo que se não o fizesse ia lhe dar uma facada. Diz ainda, que teve furtada sua carteira de identidade, cartão do Banco do Brasil-Visa, cartão do TRI[21], e o valor de R$ 300,00. Registra para fins de direito. Nada mais."[22]

Trata-se, evidentemente, de um caso de roubo e não de furto.[23] Nesse e em outros casos em que foi constatado que havia um erro no fato especificado na ocorrência, foi feita a correção. As ocorrências foram ainda classificadas em dois grupos: aquelas de crimes e contravenções que possuem vítimas e aquelas que não possuem. A distribuição de ocorrências entre as praças por tipo de crime ou contravenção é mostrada na Tabela 1.

[21] TRI (Transporte Integrado) é o nome do sistema de bilhetagem eletrônica utilizado nos ônibus de Porto Alegre.

[22] O sistema de registro de ocorrências não permite o uso de acentos e de alguns caracteres. Além disso, é comum haver erros de digitação como falta de espaço entre as palavras e falta de alguma letra. Para facilitar a leitura, tais erros foram corrigidos nas ocorrências citadas.

[23] De acordo com o Código Penal Brasileiro, furto é o crime de "subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel". Já o roubo é "subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência".

Tabela 1 – Ocorrências de crimes e contravenções na Praça Argentina e na Praça Raul Pilla – jan./10-out./18

		Praça Argentina	Praça Raul Pilla
Com vítima	Homicídio	1	1
	Estupro	2	-
	Lesão corporal	1	1
	Roubo*	67	18
	Roubo de veículo	-	1
	Furto**	8	4
	Furto em veículo	13	6
	Furto de veículo	29	10
	Outros crimes	-	1
	Subtotal	**121**	**42**
Sem vítima	Pichação	-	1
	Posse de entorpecentes	30	41
	Tráfico de entorpecentes	-	2
	Porte de arma branca ou de simulacro de arma de fogo	3	4
	Captura de foragido ou prisão domiciliar	5	6
	Subtotal	**38**	**54**
Total		**159**	**96**

Fonte: Observatório Estadual da Segurança Pública (SSP-RS).
*Não inclui os roubos de veículos.
**Não inclui os furtos em veículos nem os furtos de veículos.

A Praça Argentina registrou, de janeiro de 2010 a outubro de 2018, 121 ocorrências de crimes com vítimas, enquanto a Praça Raul Pilla teve 42 registros, uma diferença de 188%. Esses números se devem principalmente a crimes contra o patrimônio. Os roubos (sem contabilizar roubos de veículos) nas duas praças foram de 67 e 18 respectivamente. Já os roubos e furtos a veículos, somados, foram de 29 e 11. Os furtos em veículos (quando algo foi furtado de dentro de um carro estacionado sem que o carro fosse levado) foram de 13 e 6 respectivamente. Há, portanto, um claro predomínio da Praça Argentina na distribuição desses crimes.

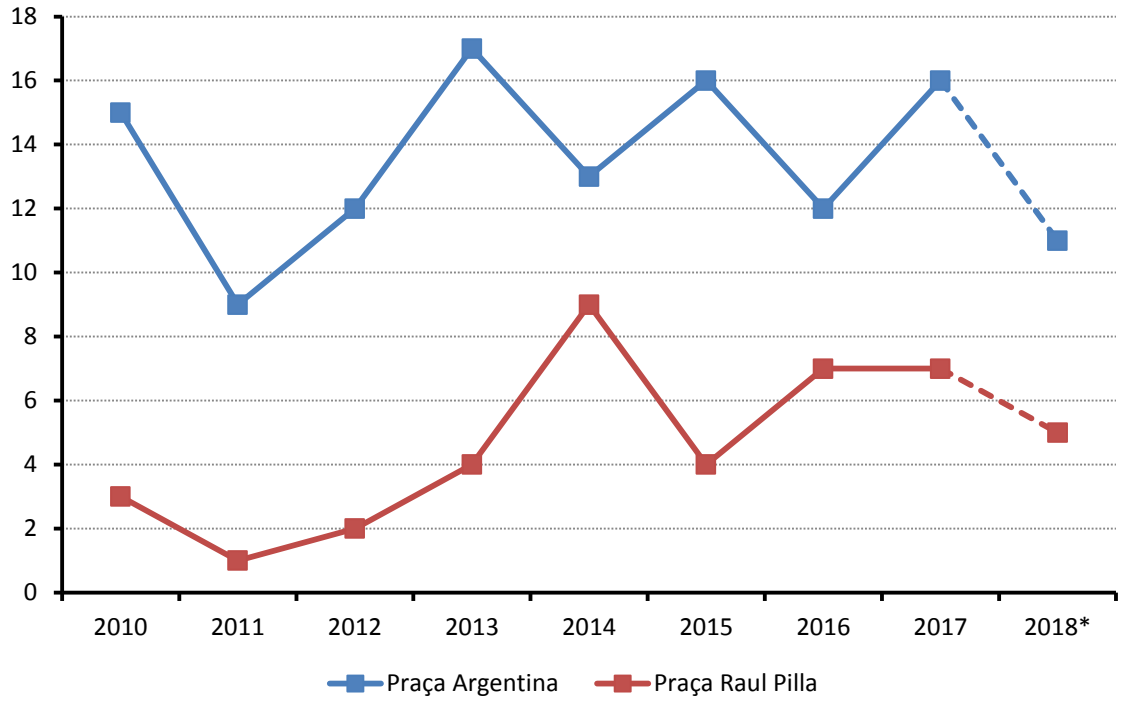
Embora a maioria das ocorrências seja de crimes contra o patrimônio, também houve casos de crimes contra a vida. Foram encontradas duas ocorrências de homicídio doloso, uma em cada praça. Na Praça Argentina, o que houve foi uma tentativa de homicídio: a vítima foi ferida por disparos de arma de fogo no interior da praça, próximo ao muro da Santa Casa, mas foi levada a tempo para o Hospital de Pronto Socorro (HPS) e sobreviveu. Já a ocorrência que tinha como endereço a Praça Raul Pilla foi um crime consumado. Segundo o histórico consultado, “a testemunha informou que estava com a vítima num táxi, quando um outro veículo parou atrás do táxi e dele saiu um indivíduo de estatura baixa e gordo que não conhece e desferiu vários tiros na vítima”. Trata-se, aparentemente, de uma execução planejada por alguém que já estava seguindo a vítima e que não possui tanta relação com a praça como no outro caso.

Há ainda duas ocorrências de estupro, ambas na Praça Argentina. Uma delas ocorreu dentro da praça. Um gari ouviu os gritos da vítima e chamou um bombeiro que passava pelo local para ajudar a socorrê-la. A outra aconteceu quando uma mulher voltava de uma festa

acompanhada de um homem e este a estuprou no caminho, quando passavam próximos à praça.

Quando são analisadas as ocorrências por ano, percebe-se que o número de crimes com vítimas é permanentemente maior na Praça Argentina do que na Praça Raul Pilla. A proporção, entretanto, varia ao longo do tempo. No ano em que as duas tiveram números mais próximos (2014), a Praça Argentina teve 59% do total das ocorrências. Em 2011, ano com a maior diferença, ela concentrou 90% dos crimes, como mostra o Gráfico 3.

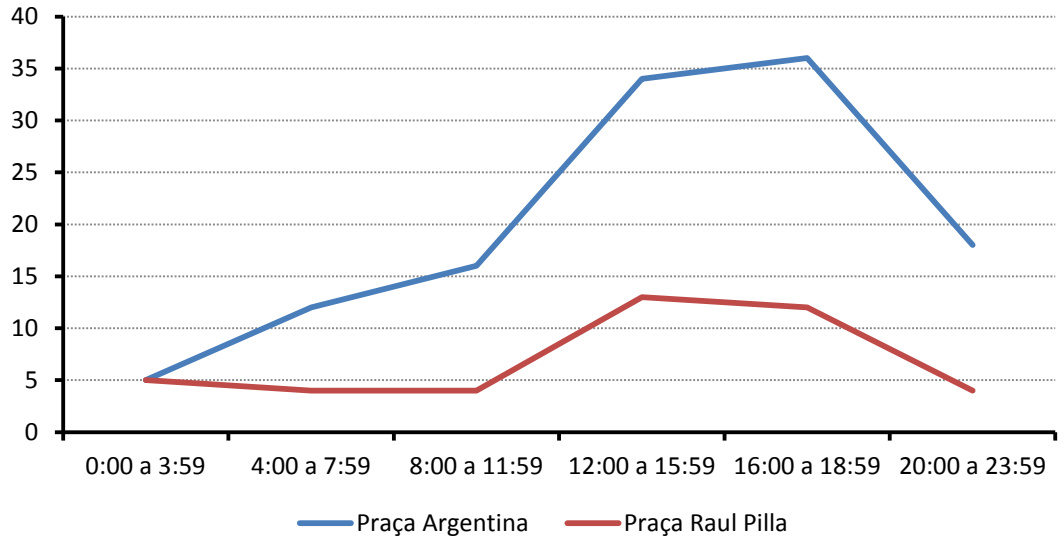
Gráfico 3 – Número de ocorrências de crimes com vítimas por ano na Praça Argentina e na Praça Raul Pilla — 2010 a 2018*



Fonte: Observatório Estadual da Segurança Pública (SSP-RS).
*Até outubro.

Com relação aos horários dos crimes, o menor número de ocorrências foi registrado na faixa da meia-noite às 3:59. Essa também é a única faixa em que as duas praças registraram o mesmo número de ocorrências no período estudado, com cinco crimes em cada uma. No restante do dia, a Praça Argentina teve mais ocorrências, e a maior diferença foi observada entre 20:00 e 23:59, faixa horária em que ela apresentou 4,5 vezes mais crimes do que a Praça Raul Pilla. Esse é um momento do dia em que os *trailers* de cachorro quente e de churrasquinho costumam atrair um grande público, enquanto o outro lado da Av. João Pessoa já está com o movimento bem reduzido.

Gráfico 4 – Número de ocorrências de crimes com vítimas, por faixa horária, na Praça Argentina e na Praça Raul Pilla — jan./10-out./18



Fonte: Observatório Estadual da Segurança Pública (SSP-RS).

Já nos crimes e contravenções sem vítimas, a distribuição das ocorrências é mais homogênea, e a situação se inverte: a Praça Raul Pilla fica na frente, com 54 ocorrências de 2010 a 2018, enquanto a Praça Argentina teve 38. A situação mais comum é de posse de entorpecentes, com 41 casos na Praça Raul Pilla e 30 na Praça Argentina. Dessas 71 ocorrências, 69 foram por posse de pequenas quantidades de maconha. Houve ainda duas ocorrências por tráfico de drogas, ambas na Praça Raul Pilla. Essa praça, portanto, aparentemente possui uma presença um pouco maior de usuários (e, em alguns casos, de vendedores) de drogas.

Nas duas praças, foram capturadas, pela polícia, 11 pessoas que estavam foragidas ou que deveriam estar em prisão domiciliar. Também houve sete apreensões por porte de arma branca ou de simulacro de arma de fogo. Tanto as capturas quanto as apreensões de armas foram distribuídas quase igualmente entre ambas as praças, mas a Praça Raul Pilla teve uma ocorrência a mais de cada tipo.

Não é possível ter certeza se as pessoas presas com facas ou imitações de armas de fogo pretendiam cometer algum crime, mas é razoável supor que isso poderia ter acontecido caso não fossem presas. Em relação aos foragidos e aos que deveriam estar em prisão domiciliar encontrados nas praças, pode-se imaginar que, já que são criminosos, voltarão a cometer crimes. No entanto, essas são suposições, e o fato de a pessoa já ter cometido crimes anteriormente não significa que ela voltará a fazê-lo.[24]

[24] Muito se fala sobre a reincidência de crimes no Brasil, mas há poucos estudos sobre o tema. O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do sistema carcerário apresenta o depoimento de um ex-presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, segundo o qual "o índice de reincidência de quem cumpre pena alternativa varia de 6% a 12%. Por outro lado, o índice de reincidência de quem sai do sistema prisional varia de 70% a 80%" (BRASIL, 2008, p. 69). No

A presença tanto usuários de drogas quanto de foragidos da justiça ou de pessoas armadas costuma ser vista como potencial causa de violência. No entanto, a análise das ocorrências das duas praças estudadas desafia esse pensamento: ambas as praças possuem essas pessoas indesejadas, mas justamente a praça em que tal presença é um pouco maior é onde ocorre o menor número de crimes. Há duas possíveis explicações para essa situação, que não são excludentes. A primeira é que nem todos os indivíduos vistos socialmente como possíveis geradores de violência irão realmente cometer algum crime. A segunda — e mais importante para o tema estudado — é que, mesmo que algumas dessas pessoas pretendessem cometer crimes na região, a maior presença de pessoas circulando por uma das praças pode ter inibido a realização de crimes naquele espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitos os fatores que ajudam a explicar a ocorrência de crimes.[25] As questões arquitetônicas e urbanísticas são apenas mais um entre tantos, e é difícil medir seu efeito de forma isolada. Ao comparar duas praças que ficam de frente uma para outra, entretanto, é razoável supor que os demais aspectos sociais, culturais e legais agem de forma parecida sobre ambas e que os diferentes resultados encontrados devem-se principalmente às diferenças de elementos relativos ao desenho urbano e arquitetônico como, iluminação, uso e permeabilidade das fachadas das edificações adjacentes e demais aspectos apresentados ao longo do artigo.

A Praça Raul Pilla, próxima a edificações com diversidade de usos, visibilidade de acessos e caminhos, fachadas permeáveis e melhor iluminação, apresenta uma maior circulação de pessoas e é onde se observou uma menor ocorrência de crimes, quando comparada à Praça Argentina. Esse resultado confirma a ideia encontrada na literatura de que a configuração física dos espaços públicos contribui para a segurança.

Um único estudo de caso não confirma uma teoria e não é possível afirmar que o resultado será o mesmo em qualquer local. No entanto, pode-se dizer que as praças estudadas são mais uma evidência de que há formas alternativas de se abordar a segurança pública e que a repressão policial não é a única política existente para diminuir a criminalidade, ainda mais em um momento em que a situação fiscal dos governos estaduais dificulta o aumento do efetivo das polícias.

Uma forma de contribuir, não só para a segurança pública, mas também para uma cidade melhor para se viver em outros aspectos, é fazer uma política urbana que incentive o

entanto, não são apresentadas as fontes desses dados, e a CPI não realizou nenhuma pesquisa nesse sentido. Mais recentemente, um estudo realizado em cinco estados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para o Conselho Nacional de Justiça mostrou que a taxa de reincidência criminal no Brasil era de 24,4% (IPEA, 2015, p. 23). Foi utilizado o conceito legal de reincidência, ou seja, quando "há condenações de um indivíduo em diferentes ações penais, ocasionadas por fatos diversos, desde que a diferença entre o cumprimento de uma pena e a determinação de uma nova sentença seja inferior a cinco anos" (IPEA, 2015, p. 7).

[25] Cerqueira e Lobão (2004) apresentam alguns dos determinantes da criminalidade.

uso do espaço público pelas pessoas. A legislação urbanística deveria contemplar diretrizes que regulem o desenho das interfaces edificadas na escala da rua, com exigências em relação ao número de aberturas que garantam a permeabilidade das fachadas e evitem fachadas cegas. As interfaces dos objetos edificados, sejam eles públicos, sejam eles privados, fazem parte do espaço público e devem ser reguladas.

São necessários, também, um incentivo à diversificação dos usos, com ruas que possuam tanto moradia quanto atividades comerciais e de serviços de diferentes tipos, e uma mudança nas políticas de mobilidade urbana. Hoje as políticas no Brasil encorajam o uso do transporte individual, o que não só resulta em um menor número de pessoas circulando a pé pelas calçadas, como também gera grandes congestionamentos, sem falar na poluição. As cidades desenhadas para o automóvel aumentam as distâncias das relações diretas, comprometendo a escala humana e a qualidade dos espaços abertos. Tais políticas trariam uma nova forma de relação das pessoas com os espaços públicos, criando cidades mais seguras, humanas e agradáveis onde se viver.

REFERÊNCIAS

AUGUSTIN, André Coutinho. Evolução da tarifa de ônibus e do custo do transporte individual em Porto Alegre. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 44, n. 1, 107-120, 2016.

BORTOT, Ivanir José; GUIMARAENS, Rafael. *Abaixo a repressão:* movimento estudantil e as liberdades democráticas. Porto Alegre: Libretos, 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. *Relatório Final*. jul. 2008. Disponível em: http://livraria.camara.leg.br/cpi-sistema-carcerario-brasileiro-relatorio-final.html. Acesso em: 18 set. 2018.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos CEBRAP*, n.47, 155-176, mar. 1997.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros*: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 3. ed. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2011.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, 233-269, 2004.

FIORATTI, Gustavo. Viver sem muros é menos perigoso, dizem especialistas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 out. 2007. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0710200722.htm. Acesso em: 20 set. 2018.

GARCÍA, Claudia Emperatriz Díaz; ESTEVES JUNIOR, Milton. Violencia urbana e inseguridad en espacios de vida coletiva. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 19, n. 3, 440-458, setembro-dezembro 2017.

INSTITUTO CIDADE SEGURA. *Relatório da primeira pesquisa de vitimização de Porto Alegre*. Porto Alegre: Instituto Cidade Segura; Instituto Pesquisas de Opinião, 2018. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/433226_1311d3d412114adbb7c8ca7fee800a12.pdf. Acesso em: 13 set. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Reincidência Criminal no Brasil. Relatório de pesquisa*. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2559. Acesso em: 18 set. 2018.

JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LIRA, Pablo Silva. *Geografia do crime e arquitetura do medo*: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2017.

MENEGAT, Rualdo; PORTO, Maria Luiza; CARRAO, Clóvis Carlos; FERNANDES, Luís Alberto Dávila (coord.). *Atlas ambiental de Porto Alegre*. 3. ed. revisada. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

MONTEIRO, Lício Caetano do Rego. Rio de Janeiro "tipo Colômbia": jogos de escala, controle territorial e segurança urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 16, n. 2, 117-133, novembro 2014.

RIBEIRO, Cláudio Rezende. História, técnica e política: considerações teóricas para um ensino crítico de urbanismo. *Políticas Públicas & cidades*, v. 6(1), 32-45, julho 2018.

RIBEIRO, Ludmila; TEIXEIRA, Alex Niche. O calcanhar de Aquiles dos estudos sobre crime, violência e dinâmica criminal. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, São Paulo, n. 84, 13-80, 2018.

SOUZA, Célia Ferraz de; MÜLLER, Dóris Maria. *Porto Alegre e sua evolução urbana*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGRS, 2007.

SOUZA, Maria Julieta Nunes de; COMPANS, Rose. Espaços urbanos seguros: a temática da segurança no desenho da cidade. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 11, n. 1, 9-24, maio 2009.